Anais do Congresso Brasileiro de Iniciação Científica
(https://periodicos.unisanta.br/COB)

ISSN 2317-1316

MORADIA E INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL: DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL E DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

HOUSING AND FOOD INSECURITY IN BRAZIL: SOCIO-SPATIAL INEQUALITY AND CHALLENGES FOR SOCIAL WORK

Deici Teodoro Fantinelli, Suely Gomes Pedroso, Rogerio Santos Ferreira

Universidade Santa Cecília, Curso de Bacharelado em Serviço Social
E-mails para contato: deici.teodoro@gmail.com; suelypedroso23@gmail.com

RESUMO – Este artigo analisa a relação entre precariedade habitacional e insegurança alimentar no Brasil, considerando a desigualdade socioespacial e os desafios postos ao Serviço Social. Realizou-se revisão narrativa de literatura, articulada à análise documental da legislação de segurança alimentar e do Código de Ética profissional. A síntese identifica três dimensões de conexão: restrições econômicas, barreiras territoriais e fragmentação das políticas públicas. Conclui-se que a compreensão conjunta dessas condições demanda análise crítica da questão social e respostas intersetoriais orientadas pela garantia de direitos, reconhecendo os limites da evidência bibliográfica para estabelecer relações causais.

Palavras-chave: Serviço Social; Moradia; Insegurança alimentar; Desigualdade socioespacial; Intersetorialidade.

ABSTRACT – This article examines the relationship between precarious housing and food insecurity in Brazil, considering socio-spatial inequality and the challenges faced by social work. A narrative literature review was conducted alongside documentary analysis of food security legislation and the professional Code of Ethics. The synthesis identifies three interconnected dimensions: economic constraints, territorial barriers, and fragmented public policies. The study concludes that addressing these conditions jointly requires a critical understanding of structural social inequalities and intersectoral, rights-based responses, while acknowledging that the literature reviewed does not establish a direct causal relationship.

Keywords: Social work; Housing; Food insecurity; Socio-spatial inequality; Intersectorality.

ISSN 2317-1316

1 INTRODUÇÃO

A moradia e a alimentação integram o conjunto dos direitos sociais reconhecidos no Brasil e estão relacionadas às condições materiais necessárias a uma vida digna (Brasil, 1988). Entretanto, o reconhecimento jurídico desses direitos não garante, por si só, seu exercício em condições de igualdade. A precariedade habitacional, a segregação socioespacial e as dificuldades de acesso regular à alimentação constituem dimensões relevantes da desigualdade brasileira, especialmente entre famílias cujas condições de vida são afetadas pela insuficiência de renda e por limitações da infraestrutura urbana.

O problema habitacional ultrapassa a ausência de uma residência. Envolve localização, segurança da posse, condições de infraestrutura, mobilidade, saneamento e possibilidades de acesso aos serviços e oportunidades oferecidos pela cidade. Maricato (2003) relaciona a produção desigual do espaço urbano brasileiro às formas históricas de segregação, enquanto Rolnik (2015) examina a crescente subordinação da terra e da moradia à lógica financeira. Ao discutir o direito à cidade, Lefebvre (2008) e Harvey (2012) oferecem fundamentos para analisar a apropriação coletiva do espaço urbano e as desigualdades presentes em sua transformação.

No campo da alimentação, Castro (1984) destaca o peso da organização econômico-social sobre as condições nutricionais, e Sen (1981) demonstra que a presença de alimentos disponíveis não assegura a capacidade efetiva de obtê-los. Maluf (1995) acrescenta que o acesso à alimentação deve ocorrer sem comprometer a satisfação de outras necessidades essenciais. Essas formulações permitem levantar uma questão que atravessa diferentes dimensões do cotidiano: de que maneira a precariedade habitacional e a insegurança alimentar podem ser compreendidas conjuntamente à luz da desigualdade socioespacial, e quais desafios essa articulação apresenta à atuação do Serviço Social?

O objetivo deste estudo é analisar, por meio de revisão bibliográfica e documental, as relações conceituais entre moradia precária, insegurança alimentar e desigualdade socioespacial no Brasil, discutindo suas implicações para a articulação das políticas públicas e para o exercício profissional do Serviço Social. A relevância da investigação reside em evitar interpretações isoladas dessas necessidades, sem desconsiderar a distinção entre a análise teórica e a comprovação empírica de relações causais.

ISSN 2317-1316

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, desenvolvida mediante revisão narrativa de literatura e análise documental. O *corpus* teórico foi delimitado a dez autores selecionados por sua pertinência às dimensões centrais do estudo: produção desigual do espaço urbano e direito à cidade; fome, acesso aos alimentos e segurança alimentar; questão social; intersetorialidade; e fundamentos ético-políticos do Serviço Social. Foram examinadas contribuições de Maricato (2003), Rolnik (2015), Lefebvre (2008), Harvey (2012), Iamamoto (2013), Castro (1984), Sen (1981), Maluf (1995), Burlandy (2009) e Barroco (2011).

A análise documental considerou a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 11.346/2006, que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e o Código de Ética do/a Assistente Social, em sua décima edição revista e atualizada (CFESS, 2012). A leitura foi organizada por eixos temáticos, permitindo confrontar argumentos sobre desigualdade estrutural, acesso material a direitos e desafios das políticas públicas. As convergências foram examinadas sem pressupor que os autores tenham investigado diretamente, em conjunto, os dois fenômenos.

Por sua natureza narrativa e interpretativa, esta revisão não constitui levantamento exaustivo ou sistemático da produção científica. Não foram realizados entrevistas, trabalho de campo, coleta de dados primários ou testes estatísticos. Assim, os resultados consistem em uma síntese conceitual fundamentada nas obras selecionadas, não permitindo estimar a frequência dos fenômenos nem estabelecer relações causais diretas entre custos de moradia e insegurança alimentar.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Moradia, segregação e direito à cidade

A literatura examinada indica que a precariedade habitacional deve ser analisada como parte de processos históricos de produção e distribuição desigual do espaço urbano. Maricato (2003) demonstra a coexistência entre legislação urbanística, desigualdade social e formas de ocupação que não asseguram o mesmo padrão de acesso à infraestrutura e aos serviços. Dessa perspectiva, a questão habitacional não se restringe às características físicas das residências, mas alcança as condições urbanas em que elas se inserem.

Rolnik (2015) aprofunda essa discussão ao analisar o avanço da financeirização sobre a terra e a moradia. Sua contribuição ajuda a compreender as tensões entre o valor de uso da

ISSN 2317-1316

habitação como condição de vida e a valorização econômica do imóvel. Não se trata de negar a dimensão econômica da construção e da propriedade, mas de reconhecer que o acesso à moradia pode ser condicionado por relações de mercado que operam de maneira desigual entre grupos sociais.

O direito à cidade, em Lefebvre (2008), amplia o olhar sobre a participação dos habitantes na vida urbana e sobre a apropriação dos benefícios coletivamente produzidos. Harvey (2012), por sua vez, acentua o caráter coletivo desse direito e as disputas pelo poder de orientar os processos de urbanização. Em conjunto, essas perspectivas sustentam a compreensão de que habitar envolve também a possibilidade de usufruir da cidade, de sua infraestrutura, de seus serviços e dos espaços de decisão sobre sua produção.

No campo do Serviço Social, Iamamoto (2013) interpreta a questão social a partir das contradições estruturais da sociedade e da apropriação desigual da riqueza socialmente produzida. A associação entre essa reflexão e a precariedade habitacional constitui uma aplicação analítica do presente estudo: condições inadequadas de moradia podem ser examinadas em conexão com relações sociais amplas, em vez de serem atribuídas exclusivamente a escolhas individuais das famílias.

3.2 Fome, segurança alimentar e mecanismos de acesso

Ao estudar o quadro alimentar brasileiro, Castro (1984, p. 57–58) argumenta que as deficiências nutricionais não decorrem apenas das características naturais ou geográficas do território. O autor identifica na estrutura econômico-social brasileira obstáculos ao aproveitamento de recursos capazes de sustentar uma alimentação adequada, reconhecendo que o fenômeno da fome envolve simultaneamente aspectos biológicos e condicionantes sociais e econômicos. Sua análise histórica também evidencia diferenças territoriais na ocorrência de carências alimentares, sem que essas classificações sejam tomadas como retrato estatístico do Brasil contemporâneo.

Sen (1981, p. 7–8, 45–46, 154–155) demonstra que a existência de alimentos em uma sociedade não garante a todas as pessoas meios efetivos de obtê-los. Na abordagem dos intitulamentos (*entitlements*), a capacidade de acesso depende de recursos possuídos, possibilidades de trabalho, produção, troca e mecanismos de proteção social, sob determinadas condições jurídicas, políticas e econômicas. O autor mostra, por exemplo, que o desemprego

ISSN 2317-1316

ou alterações na remuneração e nos preços relativos podem reduzir o acesso aos alimentos mesmo sem queda geral da disponibilidade alimentar.

Há uma diferença importante entre as duas perspectivas: Castro investiga, entre outros aspectos, a formação econômico-social das condições alimentares brasileiras; Sen esclarece mecanismos pelos quais indivíduos e grupos conseguem, ou deixam de conseguir, alimentos disponíveis. Essas contribuições não são idênticas, mas permitem compreender que a análise da fome não deve ser reduzida à quantidade total produzida nem à responsabilidade pessoal de quem experimenta privação.

Maluf (1995, p. 138–140) insere a segurança alimentar na discussão sobre desenvolvimento econômico e equidade social. Seu argumento ultrapassa a necessidade de disponibilidade física: um acesso alimentar que consuma parcela excessiva da renda e inviabilize outras necessidades fundamentais também revela insuficiências nas condições de vida. Em consonância com essa compreensão ampliada, a Lei nº 11.346/2006 estabelece, em seu art. 3º, que o acesso regular e permanente à alimentação adequada deve ocorrer sem comprometer outras necessidades essenciais (Brasil, 2006).

Convém diferenciar fome e insegurança alimentar: a primeira pode apresentar manifestações extremas de privação, enquanto a segunda abrange um conjunto mais amplo de dificuldades relacionadas ao acesso regular, suficiente e adequado à alimentação. A utilização das formulações de Castro e Sen para discutir a insegurança alimentar atual constitui um diálogo conceitual, não a afirmação de que suas obras já empregassem integralmente os indicadores e definições contemporâneos.

3.3 Relações possíveis entre condições habitacionais e alimentares

A síntese das obras examinadas sugere três dimensões analíticas pelas quais moradia e alimentação podem se relacionar: a econômica, a territorial e a institucional. Essas dimensões são propostas neste artigo como instrumento de interpretação, e não como resultados estatisticamente demonstrados pelas publicações selecionadas.

Na dimensão econômica, despesas necessárias à manutenção da moradia e à aquisição de alimentos fazem parte do orçamento doméstico e podem disputar recursos escassos. A contribuição de Maluf (1995) indica que o atendimento a uma necessidade não deve inviabilizar as demais condições de uma vida digna; a abordagem de Sen (1981) ajuda a compreender como alterações na renda e nos meios de acesso podem afetar a obtenção de alimentos. A hipótese de

ISSN 2317-1316

que despesas habitacionais elevadas intensifiquem dificuldades alimentares é plausível, mas sua magnitude e distribuição exigem investigação empírica específica.

Na dimensão territorial, a localização da residência e a presença ou ausência de infraestrutura influenciam as possibilidades cotidianas de circulação e acesso a serviços. Deficiências de transporte, saneamento e infraestrutura urbana, assim como exposição a enchentes ou isolamento territorial, podem representar obstáculos adicionais para o deslocamento até estabelecimentos de comercialização de alimentos. A literatura sobre desigualdade socioespacial oferece fundamentos para formular essas conexões, mas o presente estudo não mede seus efeitos concretos sobre o consumo alimentar das famílias.

Na dimensão institucional, moradia, renda, saúde, assistência social e segurança alimentar são tratadas por políticas e serviços que nem sempre operam de forma coordenada. A fragmentação das respostas pode dificultar a compreensão de necessidades simultâneas, enquanto a articulação entre setores pode favorecer intervenções que considerem a situação social das famílias de modo mais abrangente. Essa terceira dimensão será aprofundada a partir da análise de Burlandy (2009).

A principal contribuição da síntese, portanto, não é afirmar que toda precariedade habitacional produz insegurança alimentar ou que a relação opere de maneira uniforme. É identificar mecanismos que merecem ser considerados conjuntamente e que podem orientar tanto a reflexão profissional quanto futuras pesquisas empíricas sobre renda disponível, custos habitacionais, mobilidade urbana e condições alimentares.

3.4 Intersetorialidade e políticas públicas

Burlandy (2009, p. 852–853) analisa a segurança alimentar e nutricional como um campo de políticas públicas cuja efetivação exige articulação entre setores e níveis de governo. A autora recupera a concepção ampliada de saúde e a definição legal de segurança alimentar, relacionando-as a condições de vida como habitação, trabalho e renda. Essas referências normativas devem ser distinguidas da contribuição analítica própria da pesquisadora, centrada nos mecanismos e desafios de coordenação institucional.

A autora diferencia a multissetorialidade, caracterizada pela convergência entre programas distintos em torno de objetivos comuns, da intersetorialidade, que supõe projeto integrado, identificação compartilhada dos determinantes dos problemas, formulação conjunta

ISSN 2317-1316

de intervenções e alocação coordenada de recursos. Essa distinção impede que a simples soma de encaminhamentos entre serviços seja confundida com atuação efetivamente integrada.

Nas considerações finais, Burlandy (2009, p. 857–858) destaca que leis, conselhos e estruturas formais não bastam para assegurar a integração. Prioridade política, capacidade de coordenação, participação social, articulação entre orçamento e gestão e reorganização dos processos de trabalho também condicionam sua efetivação. Trata-se de uma análise situada no contexto institucional estudado até 2009; a descrição de sua configuração atual dependeria de investigação documental específica.

Aplicada à interface entre moradia e alimentação, a perspectiva intersetorial favorece a reflexão sobre respostas que integrem a identificação de necessidades, a definição de responsabilidades e o acompanhamento articulado das famílias. Esta é uma proposição analítica do presente artigo, não a reprodução de um estudo de caso realizado por Burlandy.

3.5 Serviço Social, questão social e compromisso ético-político

Iamamoto (2013) fundamenta uma leitura da questão social vinculada às contradições das relações de produção e à distribuição desigual da riqueza socialmente produzida. Essa perspectiva contribui para compreender por que demandas apresentadas de forma particularizada — como dificuldades de moradia, renda e alimentação — não devem ser examinadas apenas como problemas isolados de comportamento ou organização individual. O exercício profissional requer atenção às determinações sociais e às condições objetivas em que essas demandas se manifestam.

Barroco (2011) analisa a permanência e a reatualização de práticas conservadoras, autoritárias e discriminatórias, problematizando a naturalização das desigualdades e a moralização da questão social. A autora destaca a necessidade de formação crítica, organização coletiva e compromisso com os interesses e necessidades das classes trabalhadoras. Ressalta também que a materialização do projeto ético-político profissional depende de condições institucionais e de trabalho, não apenas da vontade individual do assistente social.

Os princípios formalizados no Código de Ética do/a Assistente Social, entre eles a defesa dos direitos humanos, a ampliação da cidadania e o compromisso com a justiça social, oferecem fundamento normativo para uma atuação que reconheça os usuários como sujeitos de direitos (CFESS, 2012). O texto de Barroco (2011) permite discutir criticamente os desafios da

ISSN 2317-1316

concretização desses compromissos, evitando confundir a existência de normas com sua realização automática no cotidiano institucional.

A aproximação entre Burlandy (2009) e Barroco (2011) torna visíveis duas exigências complementares. A primeira diz respeito à organização intersetorial das políticas públicas; a segunda, aos fundamentos ético-políticos e aos limites objetivos do exercício profissional. Assim, diante de demandas simultâneas de moradia e alimentação, a atuação do Serviço Social pode contribuir para reconhecer a complexidade das necessidades, articular encaminhamentos e participar da construção de respostas institucionais, sem que lhe seja atribuída a responsabilidade isolada pela superação de problemas estruturais.

3.6 Alcances e limites da síntese bibliográfica

A leitura conjunta permite identificar convergências entre autores que investigam objetos distintos. A produção desigual do espaço urbano, os mecanismos de acesso aos alimentos, a estrutura econômico-social, a coordenação das políticas públicas e a direção ético-política profissional são dimensões analiticamente articuláveis. O diálogo proposto, entretanto, não significa que todas as obras tenham investigado diretamente a associação entre moradia e insegurança alimentar, tampouco substitui pesquisas empíricas sobre a ocorrência conjunta desses fenômenos.

Entre os limites do estudo encontram-se o recorte intencional de autores, a heterogeneidade dos contextos históricos analisados e a ausência de dados primários ou séries estatísticas que permitam testar hipóteses sobre custos habitacionais, condições territoriais e privação alimentar. Pesquisas futuras poderão explorar essas relações mediante estudos territoriais, análise de orçamento familiar e investigação das experiências de acesso às políticas sociais, ampliando a base empírica das proposições aqui formuladas.

4 CONCLUSÃO

A revisão bibliográfica e documental permitiu analisar a precariedade habitacional e a insegurança alimentar como dimensões potencialmente relacionadas de processos mais amplos de desigualdade social e socioespacial. As contribuições de Maricato, Rolnik, Lefebvre e Harvey evidenciam o papel da produção desigual do espaço urbano; Castro, Sen e Maluf esclarecem que a alimentação adequada depende de condições sociais e econômicas de acesso, não apenas da existência de alimentos; Iamamoto, Burlandy e Barroco permitem situar essas demandas no debate sobre questão social, intersetorialidade e exercício profissional. A síntese

ISSN 2317-1316

identifica dimensões econômicas, territoriais e institucionais relevantes para a análise conjunta de moradia e alimentação, sem pretender demonstrar causalidade entre elas. Conclui-se que o enfrentamento dessas necessidades exige políticas públicas articuladas, reconhecimento das condições concretas de vida e atuação profissional crítica, orientada pelos direitos sociais e pelos limites objetivos de sua efetivação. Estudos futuros poderão aprofundar empiricamente as relações entre orçamento habitacional, acesso territorial aos alimentos e respostas institucionais integradas.

5 DECLARAÇÃO DE USO DE IA

Durante a elaboração deste trabalho, utilizou-se a ferramenta Claude (versão Claude Sonnet 5.5, da Anthropic) em duas etapas: na formatação do artigo, para converter o texto de PDF para Word e adequá-lo às normas do edital do 18º Cobric; e na revisão linguística, para correção ortográfica, gramatical e de concordância, sem alteração das ideias e dos argumentos das autoras. O conteúdo gerado foi revisado, editado e validado pelas autoras, que assumem total responsabilidade pelo texto final.

6 REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 106, p. 205–218, 2011. DOI: 10.1590/S0101-66282011000200002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set. 2006.

BURLANDY, Luciene. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. Ciência & Saúde Coletiva, v. 14, n. 3, p. 851–860, 2009. DOI: 10.1590/S1413-81232009000300020.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10. ed. rev. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de ética do/a assistente social: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília, DF: CFESS, 2012.

HARVEY, David. O direito à cidade. Lutas Sociais, São Paulo, n. 29, p. 73–89, 2012. DOI: 10.23925/ls.v0i29.18497.

ISSN 2317-1316

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Brasil das desigualdades: "questão social", trabalho e relações sociais. SER Social, Brasília, v. 15, n. 33, p. 326–342, 2013.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

MALUF, Renato Sérgio. Segurança alimentar e desenvolvimento econômico na América Latina: o caso do Brasil. Revista de Economia Política, v. 15, n. 1, p. 137–143, 1995. DOI: 10.1590/0101-31571994-0826.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151–166, 2003. DOI: 10.1590/S0103-40142003000200013.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SEN, Amartya. Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation. Oxford: Clarendon Press, 1981.